

Prefácio

Alocação de Aniceto Guterres Lopes, Presidente da CAVR

Excelências, Senhor Presidente, Kay Rala Xanana Gusmão; Senhor Presidente do Parlamento, Francisco Guterres Lú-Olo; Senhor Primeiro Ministro, Dr. Mari Alkatiri; Senhor Presidente do Tribunal de Recurso, Dr. Cláudio Ximenes; Dr. Hasegawa, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas; Senhores Deputados; Membros do Governo; Distintos membros do Corpo Diplomático e da comunidade de doadores. Representantes da Igreja, das comunidades religiosas e das ONG, Colegas Comissários e funcionários da CAVR, queridos amigos.

O dia de hoje representa simultaneamente o último dia na curta existência da CAVR e o momento em que a Comissão cumpre a sua última obrigação – a entrega do seu Relatório ao Presidente da República. Este Relatório foi preparado ao abrigo do Regulamento 2001/10 que determinou que a Comissão preparasse e tornasse público um relatório sobre as suas actividades, conclusões e recomendações relativamente às violações de direitos humanos cometidas no contexto dos conflitos políticos que se prolongaram por um período de 25 anos, entre 1974 e 1999. Com as alterações introduzidas pelo Parlamento Nacional, o Regulamento também determinou que a Comissão apresentasse o seu Relatório ao Presidente da República antes da sua dissolução. É essa a razão por que estamos hoje aqui.

Passaram-se cinco anos desde que foi concebida a ideia duma CAVR, em 2000. Durante estes anos, Timor-Leste evoluiu em muitos aspectos e continua a olhar para o futuro. Mas se Timor-Leste se concentra agora no seu futuro, por que razão apresentamos nós um Relatório que lida com o passado do nosso país?

A função da história

A resposta simples a esta pergunta é a de que a Comissão fez aquilo que lhe tinha sido pedido que fizesse, ou seja, investigar e preparar um relatório sobre o nosso trágico passado recente. Uma vez que o resultado desse trabalho é um Relatório que aborda muitas questões difíceis e sensíveis, é importante recordar que a CAVR foi oficialmente mandatada para realizar o presente trabalho. As tarefas da Comissão foram definidas numa lei, inscritas na Constituição, aprovadas pelo actual parlamento em mais de uma ocasião e apoiadas pelas Nações Unidas e pela comunidade internacional. Aos meus colegas Comissário e a mim mesmo foi-nos exigido sob juramento que contássemos a verdade, sem receios nem favores, acerca das violações cometidas por todas as partes durante o percurso atribulado da Timor-Leste até à sua independência. E isso incluía contar a verdade sobre o papel da comunidade internacional. O Relatório que têm perante vós não é o resultado duma iniciativa ou decisão individual. É o produto final dum processo para o qual fomos oficialmente mandatados pelo Estado.

* Apresentação do Relatório da CAVR ao Presidente da República / Salão Nobre, Palacio Lahane, 31 de Outubro de 2005.

Este facto levanta no entanto uma questão mais profunda, a de saber por que razão Timor-Leste decidiu lidar com o seu passado difícil. Sendo uma nação com poucos recursos e que enfrenta desafios excepcionais, Timor-Leste podia ter decidido nada fazer ou optar por perdoar e esquecer. Em vez disso, a nossa nação decidiu seguir o caminho da responsabilização pelas violações passadas de direitos humanos, e decidiu fazê-lo de forma exaustiva, tanto para os crimes mais graves como para os menos graves, ao contrário de alguns países que estão a emergir de conflitos e que optaram por se concentrar apenas numa ou duas questões. E, simultaneamente, quis mostrar os danos imensos que resultam para os indivíduos e para as comunidades quando o poder é usado com impunidade. A CAVR foi criada no âmbito deste processo. Tal como sucede com outros mecanismos de justiça em contexto de transição na América Latina, África e Europa, a nossa missão consistiu em estabelecer responsabilidades, a fim de aprofundar e fortalecer as perspectivas de paz, democracia, do primado da lei e dos direitos humanos na nossa nova nação. Um aspecto central do nosso trabalho foi o reconhecimento de que as vítimas não só tinham direito à justiça e à verdade, mas que a justiça, a verdade e a compreensão mútua constituem elementos essenciais para o processo de restabelecimento e reconciliação das pessoas e da nação. A nossa missão não foi motivada pelo espírito de vingança ou por uma preocupação mórbida ou política com o passado. A CAVR teve de se concentrar no passado a bem do futuro – o futuro de Timor-Leste e do sistema internacional que, como demonstramos no nosso Relatório, tem muito a aprender com a experiência de Timor-Leste.

A decisão dos nossos dirigentes de lidarem com o passado através do processo da CAVR foi amplamente apoiada pela comunidade. Tal ficou demonstrado na excelente colaboração prestada à Comissão e às suas actividades por todos os sectores da sociedade. Milhares de timorenses de todas as partes do país prestaram os seus depoimentos à CAVR e, apesar da dor que isso muitas vezes lhes causou, participaram e apoiaram iniciativas de reconciliação e audiências públicas, tanto a nível distrital como nacional. Em todos os momentos, o Governo, o Parlamento, os partidos políticos, figuras políticas importantes, a sociedade civil e a Igreja também prestaram à CAVR uma excelente colaboração, tanto em termos morais como práticos. Tão boa foi essa cooperação que, em momento algum a Comissão sentiu necessidade de accionar os seus poderes de busca e apreensão relacionados com as investigações que realizava. Daqui se pode extrair apenas uma conclusão: o povo de Timor-Leste identificou-se fortemente com os princípios da CAVR e com o processo que ela representou, como a melhor forma de construir um futuro estável livre da violência que manchou o nosso passado.

O Relatório

Permitam-me que diga algumas palavras acerca do Relatório e de algumas das suas características.

O Relatório é muito extenso, tem mais de 2000 páginas. Existem duas razões principais para tal extensão. Em primeiro lugar, o mandato da CAVR abrangeu 25 anos dum conflito prolongado durante o qual foram cometidas numerosas violações dos direitos humanos. Além disso, estiverem nele envolvidos muitos actores, tanto domésticos como internacionais, criando uma mistura complexa e dinâmica de factores e acontecimentos. O registo de tudo isso exigiu muitas páginas. Em segundo lugar, o Relatório é uma síntese do que se passou com as vítimas. Com efeito, ele baseia-se essencialmente nos depoimentos de vítimas e pretende contribuir para o processo de restabelecimento através da restauração da sua dignidade. Também isto exigia espaço. A CAVR espera que as vítimas vejam as suas experiências e sofrimento reflectidas de uma forma clara no Relatório e que compreendam que aquilo que lhes aconteceu é respeitado em Timor-Leste e foi preservado para a posteridade. Para além do Relatório Final, a CAVR vai também publicar uma selecção de depoimentos com as próprias palavras de muitas das vítimas que participaram nas nossas sete audiências públicas nacionais. A CAVR espera que, ao dar a primazia aos interesses e perspectivas das vítimas e dos sobreviventes, estará a contribuir também para o processo de restabelecimento e para um futuro sem violência.

Embora tenha constituído o meio através do qual se exprimiram as vozes de muitas das vítimas de Timor-Leste, o Relatório é o resultado duma investigação imparcial e minuciosa. O mandato que nos foi conferido determinava que a Comissão devia identificar tendências, padrões e factores. Também era pedido à CAVR que definisse responsabilidades e identificasse as pessoas, autoridades, instituições e organizações responsáveis por violações de direitos humanos. Ao fazê-lo, a CAVR não teve qualquer agenda política e evitou cuidadosamente embelezar as situações descritas ou a tentação de humilhar ou procurar vingança. As violações de direitos humanos poderão ter sido usadas no passado para mobilizar apoios políticos ou marcar pontos contra um adversário. Mas o único objectivo da CAVR foi o de registar a verdade, para que as consequências chocantes da violência documentada neste relatório sirvam para dissuadir a sua repetição no futuro e ponham fim à impunidade. O resultado alcançado não é perfeito e a CAVR não teve capacidade para investigar cada caso ou para estabelecer a verdade definitiva sobre todas as circunstâncias. Estamos convictos, no entanto, de que o Relatório dá ao povo de Timor-Leste uma visão de conjunto sobre aquilo que se passou nos 25 anos em questão, ajudando a comunidade a entender a nossa história e as forças que influenciaram o nosso destino.

Ao contrário do que sucede com o seu conteúdo, o título do Relatório é curto e consiste numa palavra apenas – a expressão portuguesa “Chega!”. Pensamos que esta única palavra, que será o título em todas as versões linguísticas, condensa a mensagem essencial do relatório numa forma categórica. Acreditamos que também se trata da mensagem fundamental que as vítimas querem que ouçamos e com a qual nos devemos comprometer, para que os pesadelos individuais e colectivos que são descritos neste Relatório nunca mais possam ocorrer.

Na preparação deste Relatório, a CAVR teve de trabalhar em várias línguas, e também terá de apresentar o Relatório em várias línguas. Trata-se dum imperativo tanto oficial como de natureza prática, que representou um esforço adicional para a Comissão. Gostava de sublinhar, no entanto, que a CAVR está profundamente consciente de que a “Questão de Timor-Leste”, como era referida pelas Nações Unidas, foi uma questão internacional e que era importante garantir que o Relatório estaria disponível nas línguas de alguns dos seus intervenientes mais importantes. O Relatório será disponibilizado em Português, Malaio-Indonésio, Inglês e, pelo menos parcialmente,

em Tétum. Esperamos que, a seu tempo, uma instituição se ofereça para traduzir o texto integral para Tétum. Neste contexto, gostaria de deixar claro que os Comissários aprovaram formalmente o texto do Relatório em Malaio-Indonésio. Verificámos o texto nas outras versões linguísticas, mas é a versão indonésia do Relatório que deverá ser consultada se existir algum problema de interpretação ou confusão acerca daquilo que pretendíamos dizer no Relatório.

Arquivos

Ao longo do seu trabalho de investigação, a CAVR reuniu muita documentação relativa ao período 1974-1999. O grosso desse material ocupa agora duas grandes salas na Comarca. Gostaria de dizer quatro coisas acerca desse espólio. Em primeiro lugar, esses documentos são únicos e devem ser conservados com grande cuidado – eles constituem o testemunho vivo das vítimas e de intervenientes fundamentais dum período que simultaneamente assistiu ao nascimento doloroso desta nação e constituiu um capítulo vergonhoso na história das relações internacionais. Em segundo lugar, os materiais reunidos constituem uma fonte muito rica para investigações futuras, para a escrita de obras e para fins educativos. Eles serão um recurso valioso para o Ministério da Educação no desenvolvimento curricular e de materiais de estudo e divulgação. Por isso, espero que os arquivos continuem a atrair apoios que garantam a sua conservação, acessibilidade e utilização. Em terceiro lugar, este espólio deve ser enriquecido com contribuições adicionais. Quero aproveitar esta oportunidade para apelar a todos os Timorenses que possuem materiais relativos ao período 1974-1999, seja em Timor-Leste ou no exterior, que considerem a possibilidade de contribuir, com originais ou cópias, para este fundo nacional central. E, em quarto lugar, devem ser tomadas todas as providências para garantir que o acesso aos testemunhos confiados à CAVR é devidamente controlado e que existe um respeito absoluto pelo princípio da confidencialidade e pelos direitos e segurança daqueles que forneceram os seus testemunhos. A CAVR fez todos os esforços, em conjunto com o Parlamento e o Ministério, para garantir que tal acontecerá após a sua dissolução.

O futuro

O que me leva a referir um último ponto, relacionado com o conteúdo do Relatório. O trabalho da CAVR foi, em muitos sentidos, um bom começo, mas há ainda muito trabalho por fazer – no domínio da reconciliação, do apuramento da verdade, do restabelecimento e da justiça.

A CAVR acredita ter contribuído para a estabilização de muitas comunidades locais através do seu programa de reconciliação. No entanto, há muitos casos que ficaram por resolver, e será necessário utilizar de forma criativa a metodologia desenvolvida pela CAVR para que esse processo singular possa ser usado no futuro para defrontar conflitos. No domínio do apuramento da verdade, a CAVR não foi capaz de dar respostas definitivas a muitas questões. Esperamos que este processo de apuramento da verdade possa prosseguir, com base nos dados que a CAVR reuniu e na recolha de novas informações através de mais investigação. Agora há que disseminar o Relatório e actuar com base nas suas recomendações. Trata-se de uma tarefa que está por concluir, mas que é essencial para o processo de restabelecimento, para o aprofundamento duma cultura de direitos humanos e do primado da lei, e para que possam ser extraídas lições a nível nacional e internacional. Para que tal aconteça, é necessária uma instituição que possa dar sequência ao trabalho iniciado. Essa instituição também é essencial para garantir a segurança, gestão profissional e desenvolvimento dos arquivos da CAVR.

Agradecimentos

Depois de ter tido uma grande visibilidade em todas as regiões do país, e também através das audiências públicas nacionais transmitidas pela rádio, a CAVR remeteu-se a um papel discreto durante mais de 12 meses. Alguns ter-se-ão perguntado se estaríamos a dormir em serviço! A verdade é que estivemos ocupados nos meses mais recentes a cumprir o segundo dos nossos mandatos – o apuramento da verdade – uma tarefa que se revelou extremamente árdua, difícil e morosa.

Por isso, gostava de começar os agradecimentos referindo a compreensão e apoio que tivemos do Parlamento Nacional, e em particular as três extensões de prazo que nos concedeu para concluirmos o nosso trabalho. Obrigado Presidente Francisco Lú-Olo Guterres e a todos os seus colegas Deputados.

Os peritos afirmam que uma das condições para a existência de uma comissão de verdade bem-sucedida é um certo grau de apoio ou aquiescência oficial. Essa foi certamente uma condição que esteve presente no caso da CAVR. Enquanto Comissários saídos da geração relativamente jovem pós-1975, podemos confessar agora que foi com algum temor que abordámos questões em que dirigentes mais velhos que muito respeitamos eram alguns dos intervenientes principais. Tais receios eram infundados e temos uma dívida profunda de gratidão para com os nossos dirigentes políticos, cuja compreensão e apoio significaram tanto para nós.

Senhor Presidente, Vossa Excelência é há muito um advogado da reconciliação e a abordagem da CAVR deve muito ao modo inclusivo como definiu a sua liderança, que de resto constitui uma das suas marcas características. Apreciámos profundamente o apoio que nos concedeu nas muitas ocasiões em que buscámos os seus conselhos. Obrigado também por partilhar os seus conhecimentos com a Comissão, por depor publicamente e por nos auxiliar na angariação de fundos. Também lhe estamos muito agradecidos, Senhor Primeiro Ministro. Desde o início que apoiou publicamente e sem ambiguidades o trabalho da CAVR, respeitando absolutamente a independência da Comissão. E, apesar dos seus numerosos compromissos, ainda encontrou tempo para nos auxiliar na angariação de fundos, para ser entrevistado e depor publicamente. O mesmo se pode dizer do seu Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Dr. José Ramos-Horta, que, para além de outros apoios, usou o seu acesso aos *fora* internacionais para falar e promover a CAVR. Graças ao vosso apoio, um apoio que foi amplamente partilhado pelos partidos políticos, as comunidades religiosas, os Bispos Católicos e a sociedade civil, a CAVR pôde concentrar-se no trabalho sensível que tinha de realizar, sem controvérsias nem distrações.

Também queremos agradecer ao Presidente do Tribunal de Recurso, Dr. Cláudio Ximenes, e ao Procurador-Geral, Dr. Longinhos Monteiro, pelo seu apoio pessoal e institucional. Ambas as instituições foram componentes essenciais para o êxito do Processo de Reconciliação Comunitária da CAVR.

A CAVR também recebeu apoios generosos da comunidade internacional, em particular sob a forma de financiamentos e de recursos humanos. Devido à situação económica de Timor-Leste, todo o financiamento da CAVR teve de ser obtido no exterior. Mais de 25 governos e agências responderam ao nosso apelo e forneceram os fundos necessários para a reabilitação e funcionamento de seis escritórios, a colocação no terreno de quase 300 pessoas, e para os meios de transporte, equipamento e recursos necessários ao nosso trabalho, bem como os consultores especializados da Comissão em diversas áreas. Os nomes e contributos desses doadores constam do Relatório. Em nome de todos

os meus colegas na CAVR, quero agradecer sinceramente a cada um desses doadores por reconhecerem que a construção da paz constitui a base para um desenvolvimento sustentável e pelo apoio prático e moral sem falhas que nos proporcionaram ao longo de cinco anos.

Finalmente, quero agradecer aos meus seis Comissários Nacionais e 28 Comissários Regionais e a todos os nossos maravilhosos funcionários os respectivos contributos. Mais de 500 pessoas – incluindo Comissários, funcionários nacionais e internacionais e voluntários contratados por curtos períodos – trabalharam na ou para a CAVR desde 2001. A CAVR representou um *magnum opus* ambicioso e uma aventura no desconhecido para todos nós. Por mais de uma vez corremos o risco de soçobrar, em termos emocionais e organizativos. Os últimos 12 meses foram particularmente intensos e exigentes. Sei que trabalhar para a CAVR constituiu uma experiência única e marcante para todos os meus colegas, tanto para os Comissários como os demais funcionários. Timor-Leste tem com para cada um deles uma imensa dívida, pelos contributos que fizeram para a paz, unidade e direitos humanos na nossa nova nação.

Conclusão

Antes de apresentar o nosso Relatório, tenho apenas uma coisa a dizer à laia de conclusão. O mais profundo desejo de todos nós na CAVR é de que o Relatório seja recebido no mesmo espírito com que foi escrito – com abertura, honestidade, uma profunda compaixão para com aqueles que mais sofreram, um empenhamento quase obsessivo na não-violência, e a determinação de não deixar, nunca, que aquilo que está neste Relatório volte a acontecer ao nosso belo país e povo.

Em nome dos meus colegas Comissários e de todos os funcionários da CAVR, é agora meu privilégio entregar o Relatório da CAVR a Vossa Excelência, Senhor Presidente.